



## LES ELITES DE LA RÉPUBLIQUE REVISITADO

Christophe Charle\*

### RESUMO

O presente texto retoma reflexões acerca da obra *Les Elites de la République* por ocasião dos vinte anos de sua publicação. Os grandes temas em questão na obra são retomados e, em seguida, procura-se ver em que medida os trabalhos mais recentes confirmaram ou corrigiram suas teses. Por fim, são questionadas as razões dessa relativa constância do tema das elites simultaneamente na historiografia, na ciência política e na sociologia francesas, assim como do debate público recorrente sobre as elites na França.

Palavras-chave: Les Elites de la République, elites, França, historiografia

\* Professor da Université de Paris 1 - Panthéon-Sorbonne, Institut d'Histoire Moderne et Contemporaine (IHMC), Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)/Ecole Normale Supérieure (ENS).

TOMO	São Cristóvão-SE	Nº 13	jul./dez. 2008
------	------------------	-------	----------------

Em 2006, minha obra publicada em 1987, *Les élites de la République*, foi reeditada, revista e aumentada com uma atualização das conclusões<sup>1</sup>. Embora seja um livro antigo, conserva grande parte de sua validade. Lembro aqui, de início, os grandes temas em questão. Em seguida, verei em que medida os trabalhos mais recentes confirmaram ou corrigiram suas teses. Por fim, me questionarei quanto às razões dessa relativa constância do tema simultaneamente na historiografia, na ciência política e na sociologia francesa, assim como do debate público recorrente sobre as elites na França.

## **OS GRANDES TEMAS DE *LES ELITES DE LA RÉPUBLIQUE***

### **1) Escolhas metodológicas**

Meu projeto nesse livro era estabelecer um elo ausente entre os trabalhos sobre o período dos *notáveis* que haviam se desenvolvido nos anos 60-70 e os trabalhos sociológicos e de ciência política que abordavam sobretudo o pós-1945. Paradoxalmente, nos anos 1970 vivíamos com trabalhos muito antigos dedicados às elites da terceira República: seja ensaios escritos no entre-guerras, como *La fin des notables* e *La République des Ducs*, de Daniel Halévy, ou ainda *La République des professeurs*, de Thibaudet ou *La République des camarades*, de Robert de Jouvenel; seja monografias muito limitadas sobre alguns grupos ou personalidades, como por exemplo *L'argent et le pouvoir: François de Wendel en République*, de J. N. Jeanneney, *La revanche des patrons*, de Ingo Kolboom, acerca do patronato frente ao Front Populaire, e os trabalhos sobre determinados partidos políticos, como *Histoire du parti radical*, de Serge Berstein.

Estes últimos comportam uma dimensão sociológica sobre determinadas elites políticas mas permanecem numa filiação à perspectiva da *Histoire des droites*, de René Rémond, no qual a história das elites políticas é vista sobretudo através de suas idéias e de seu enraizamento geográfi-

---

<sup>1</sup> Este artigo retoma o texto de conferências realizadas no Institut d'Etudes Politiques de Toulouse, em outubro de 2006, e para professores de Classes Preparatórias para o Lycée Henri IV, em junho de 2008.

co. Os únicos a se arriscar na apresentação de um panorama de longa duração eram sociólogos do político inspirados pelos trabalhos acerca das elites americanas, como Mattei Dogan ou Pierre Birnbaum, mas que trabalhavam de segunda mão a partir de material prosopográfico bastante sumário podendo conduzi-los a interpretações superficiais em razão de categorizações um tanto globais.

Pouco antes de mim, um historiador havia atacado o tema nos mesmos termos sociológicos; trata-se do saudoso professor Jean Estèbe, de Toulouse, que propusera uma prosopografia interessante dos ministros entre 1871 e 1914, tese de Estado defendida em 1978. Se seu trabalho, publicado em 1982 com prefácio de Maurice Agulhon, permitia evidenciar um primeiro erro da literatura anterior, ou seja, o fato de a abertura das elites governamentais não datar dos anos 1880, como escrevia D. Halévy, nem dos anos 1920, como afirmava A. Thibaudet a partir de exemplos não significativos, ele padecia de dois problemas:

- 1) uma população relativamente pequena de 160 pessoas e uma heterogeneidade das gerações, uma vez que ele adiciona – para obter um efetivo suficiente – representantes da época passada dos notáveis (1871-1879), ministros da época oportunista (1880-1900) e ministros da época radical (1900-1914), o que faz com que cada estatística periodizada repouse sobre grupos muito restritos, fato que limita o alcance geral das conclusões.
- 2) os ministros compõem um tipo de elite complicada de se tratar estatisticamente. Essa população adiciona artificialmente «pesos pesados» que exercem poder por relativamente muito tempo e estrelas cadentes que não seguem carreira ou assumem postos técnicos secundários; ora, em prosopografia, cada indivíduo, pelo jogo das contas, conta apenas como um, não importando se exerce o poder por três meses ou por quinze anos, se é presidente do conselho ou subsecretário de Estado. Para que a estatística revele o verdadeiro peso social dos diversos perfis e as relações de força reais entre os grupos de elite de origem, seria necessário, idealmente, ponderar as características em função dessa duração de função. O problema não aparece da mesma forma quando se estuda um grupo estável ou de carreiras balizadas, como os altos

funcionários ou o grande patronato. Enfim, sobre certas variáveis sociais (casamento, fortunas, filhos), dada a dispersão cronológica e geográfica de sua população, J. Estèbe nem sempre coletou dados tão exaustivos, o que cobre suas conclusões com certa margem de erro.

Para compor minha amostra, adotei, portanto, dois pontos de partida que permitiam evitar as dificuldades encontradas por meus predecessores:

- 1) Definir uma população mais homogênea no plano geracional, donde a escolha de um corte cronológico em dado ano. Partindo do desejo de medir a mudança, criei um intervalo de vinte anos em relação às mudanças políticas. Assim, o ano adotado foi 1901. A outra razão dessa opção era obter uma visão das elites em torno do caso Dreyfus, uma vez que ele marcou um questionamento bastante severo das elites no poder por novas forças sociais.
- 2) em contrapartida, o recorte permitia comparar categorias diversas e relativamente representativas dos diferentes campos de atividade: negócios, administração, universidade; a política era abordada através da reutilização dos trabalhos de Estèbe ou de pesquisas em andamento sobre os parlamentares. As elites são aqui definidas, pois, como os grupos detentores de algum poder em lugares centrais.

Com todo direito, eu poderia ser criticado pela ausência das elites regionais ou locais, ou das profissões descentralizadas (profissões liberais, sobretudo jurídicas); resposta provisória à objeção: na época em questão, a centralização tem peso proeminente em todos setores-chave; uma pesquisa sobre os prefeitos (maiores) acabava de sair quando terminava a investigação e pude completar minhas intenções. A análise da alta magistratura e do corpo prefectoral permite uma correlação entre elites centrais e elites regionais ou departamentais. Os trabalhos posteriores sobre os advogados (Le Béguec, Charle, Karpik) ou os médicos (Ellis, Weisz) confirmam as análises feitas a partir de minhas próprias amostras.

- 3) Esta limitação relativa dos campos cobertos explica-se também pela vontade de englobar fontes prosopográficas da forma mais ampla

possível a fim de sair do retrato limitado e estereotipado dos trabalhos sociológicos: meu desejo era não apenas restituir a imagem pública, oficial, mas também vislumbrar todo o campo das estratégias familiares, da reprodução, dos estilos de vida que, na minha visão, condicionam certas estratégias públicas ou circulações, bem sucedidas ou não, entre os campos.

- 4) Todas essas opções são discutíveis. No entanto, eram necessárias para dar conta do trabalho num prazo de dez anos. A pesquisa coletiva paralela sobre os parlamentares da 3ª República conduzida junto ao Centro de Pesquisas em História do Século XIX, primeiramente sob direção de Maurice Agulhon e depois de J.-M. Mayeur e A. Corbin, encontrou dificuldades não completamente contornadas devido a opções diferentes das minhas : ela procurou cobrir todo período, todo território e todos tipos de parlamentares em todas suas dimensões, e definiu questionários longuíssimos impossíveis de serem preenchidos de forma homogênea em escala nacional. Ao nível das instituições universitárias e da dificuldade do trabalho coletivo de longa duração em ciências humanas, a pesquisa logrou resultados notáveis e sérios, registrados em diversos dicionários biográficos e em um colóquio de excelente qualidade fazendo sua síntese. Porém, permaneceram lacunas importantes: fichas preenchidas de modo muito desigual segundo a importância dos indivíduos considerados (não há mais igualdade entre os parlamentares do que entre os cidadãos); sobretudo as regiões são desigualmente cobertas, pois a cooperação não funcionou de forma idônea com algumas universidades, dada a falta de colaboradores interessados pelo projeto. Essa experiência paralela, embora muito melhor dotada em recursos financeiros e humanos do que eu como pesquisador individual, me reconforta pelo fato de ter mostrado que minhas escolhas, por mais criticáveis, eram as únicas realistas para se chegar a um resultado controlável e homogêneo.

## 2) Principais conclusões

A imagem mais conhecida das elites da Terceira República é a de uma dissociação entre as elites econômicas, políticas e administrativas. Essa

tese havia sido defendida em 1977 em *Les Sommets de l'Etat*, por Pierre Birnbaum. Ela se assentava, assim como sua refutação confusa por alguns autores marxistas da época como Nicos Poulantzas, sobre bases empíricas frágeis, considerando o atraso dos trabalhos históricos à época em que foi apresentada<sup>2</sup>. A tese de Jean Estèbe sobre o pessoal de governo da República, juntamente com o conjunto dos dados que a completam expostos na primeira parte de meu livro – permitem mostrar que os termos do debate são inadequados. *As elites são dissociadas em sua base em função da passagem da classe dirigente à classe dominante (capítulo I) (dissociação dos tipos de capital necessário para aceder ao topo), dos modos diferenciados de seleção (capítulo II) (cada campo privilegia um modo de seleção próprio), mas muito menos em seu topo devido a trajetórias externas (capítulo III: pantouflage<sup>3</sup>) e internas (capítulo IV: desigualdades das carreiras de acordo com os trunfos sociais de origem).*

Consequentemente, a *diferenciação social das elites políticas e administrativas é apenas parcial*. Em todos os corpos e, sobretudo nas funções mais importantes, o pessoal governante favorece ou aloca homens com quem tem ligações, trajetórias homólogas ou interesses comuns. É dessa forma que em todas as categorias de altos funcionários chamei atenção à existência de um núcleo de altos funcionários de estado-maior que servem de elo entre a esfera política e a esfera administrativa. Isso foi possível pelas duas circunstâncias evocadas nos dois primeiros capítulos:

- 1) a renovação parcial do recrutamento da alta administração, em função dos novos dados políticos e da evolução social da população de diplomados;
- 2) a manutenção, devida à recusa dos republicanos de estabelecer uma meritocracia administrativa radical, a procedimentos de entrada, de progressões e nomeações amplamente discricionárias e

<sup>2</sup> P. Birnbaum, *Les sommets de l'État, essai sur l'élite du pouvoir en France*, Paris, Le Seuil, 1977, especialmente, p. 30-46; S. Elwitt, *The Making of the Third Republic*, Baton Rouge, Louisiana State U.P., 1975.

<sup>3</sup> A expressão *pantouflage* designa a passagem de altos funcionários do Estado à administração ou presidência de empresas privadas. (N. T.).

pautadas por critérios da época anterior (meio de origem, fortuna, opinião política, relações pessoais). Por certo, o interesse dos governantes e de seus clientes ou aliados ia nessa direção. A alta administração, graças aos expurgos e a nomeações externas, era uma rede de proteção cômoda para realocar as vítimas dos acasos do sufrágio universal. Um «compromisso histórico» instalou-se assim entre as frações sociais em concorrência pelos postos. A autonomia, reconhecida em certos domínios aos corpos mais tradicionais, era paga pela aceitação de algumas intromissões políticas menores dada a instabilidade ministerial e a possibilidade, mesmo para os membros dos *grands corps*<sup>4</sup>, de extrair vantagens graças ao novo papel dos gabinetes ministeriais. A elite governamental é também, como mostrou Jean Estèbe, o resultado de uma sobre-seleção em relação ao deputado de base, a diferença sendo muito menor, portanto, com a elite administrativa, mesmo a tradicional, à exceção do nível da fortuna<sup>5</sup>. Se a distância social é muito significativa entre o deputado de base e o jovem auditor egresso da École Libre des Sciences Politiques, destinado a entrar nos *grands corps*, no topo das duas pirâmides, as convergências a sobrepujam pelo jogo das estratégias políticas dos altos funcionários e das afinidades múltiplas (gabinetes, laços religiosos, ideológicos, parentescos, missões especiais).

Em segundo lugar, *o estudo dos laços entre os campos político, administrativo e econômico vai de encontro a um corte crescente entre os dois primeiros e o terceiro*. Segundo Jean Estèbe, um terço dos ministros tem laços estreitos com grandes negócios; 32,3% de minha amostra de homens de negócios vêm do aparelho do Estado – na amostra um pouco

<sup>4</sup> Os *grands corps* são constituídos por serviços de alto escalão administrativo e centrais do Estado, com elevado grau de unidade e prestígio. No período em questão, eram compostos pelos membros do Conselho de Estado, do Tribunal de Contas e da Inspeção de Finanças, recrutados através de concursos próprios de cada corpo ou através de nomeações de caráter político. (N.T.).

<sup>5</sup> J. Estèbe, *op. cit.*, p. 159 e capítulo 1.

posterior de Maurice Lévy-Leboyer, na qual os efeitos do expurgo não são mais sentidos, o número ainda é de 26,1% (período 1912-1929)<sup>6</sup>; enfim, mais de 10 % dos altos funcionários da amostra passam pelos negócios a um momento ou outro de sua carreiras. Esses movimentos têm origens conjunturais e estruturais. E apenas se amplificam à medida que o regime torna-se mais conservador e que os grandes negócios têm implicações cada vez mais políticas ou administrativas (sobretudo se acrescentamos o setor da imprensa e, mais geralmente, os meios de comunicação como lugar de passagem entre elites políticas, econômicas e jornalísticas às quais estão ligados). Esta troca contínua de pessoal e de serviços entre o topo do Estado e o topo das empresas atenua o fosso ideológico e social nascido ao final do reino dos notáveis. Se o pensamos em termos de fluxo e de efeitos de dominação entre campos, eles próprios ligados pelos interesses de frações sociais em concorrência, podemos ver aí o nascimento de um novo mercado das elites que liga em uma escala ampla os pólos dominantes dos três campos detendo o poder social global. Com efeito, para além da diversificação de base atrelada ao processo de seleção específica de cada campo, o importante é que a seleção diferenciada e as estratégias individuais levam todos esses homens, que colaboram a títulos diversos, a partilhar certo número de valores comuns (porque se dobraram aos mesmos mecanismos gerais) que lhes fazem se entender ou lhes permitem aplicar os mesmos princípios de um campo a outro: o estudo das estratégias das elites através destas opções essenciais que são a escolha de uma esposa, a orientação profissional dos filhos, a relação com o dinheiro e o estilo de vida, ou enfim a análise das relações entre as elites e o poder permite diferenciar aqueles que têm acesso ou não a este novo pólo dominante dos campos fundamentais.

No final das contas, a antiga tese da *diferenciação* e da *autonomização das elites sob a República revela-se plenamente válida somente para a elite intelectual em geral e para a universitária em particular*. No nível dos fluxos e das carreiras, ela é a grande perdedora da evolução. Os

<sup>6</sup> M. Lévy-Leboyer, "Le patronat français 1912-1973", in M. Lévy-Leboyer (éd.), *Le patronat de la seconde industrialisation*, Paris, Editions ouvrières, 1979, quadro 10, p. 176.

universitários têm os índices de mobilidade mais baixos e sua promoção, salvo exceções, é cada vez mais laboriosa. Quando se produzem mudanças no campo, eles se fazem sentir mas tardiamente e limitam-se a algumas funções nos espaços das elites. Poderíamos argumentar que isso decorre do próprio modo de seleção de nossa amostra. Como tomamos, por definição, os professores que atingiram a maior consagração universitária, não poderíamos esperar que se detacam-se alhures. Apenas os menos sortudos, aqui ausentes, devem procurar compensar seu menor êxito por meio de conquistas no plano do poder temporal.

Mas essa objeção, longe de contradizer meu ponto de vista, o reforça: somente as atividades intelectuais (universitárias ou literárias) implicam estas escolhas alternativas entre estratégias exotéricas e esotéricas. Ao passo que os outros campos autorizam – ou até encorajam –, seja qual for o nível de sucesso, acúmulos de atividades e de transferências de *savoir-faire* ou de capital social, o campo universitário ou literário implica cada vez mais estratégias profissionalizadas. As reconversões são custosas e envolvem uma desclassificação relativa (o equivalente do *pantouflage* na literatura seria a passagem da literatura letrada à literatura industrial ou ao jornalismo; na Universidade, da pesquisa à vulgarização ou à conferência mundana) ou, ao contrário, uma sobre-seleção que não tem efeito social a longo termo. Os raros universitários de nossa amostra que entram nos negócios têm um perfil social excepcional (Paul Leroy-Beaulieu, filho de grande notável, genro de Michel Chevalier) ou uma eminência intelectual muito particular (Mascart).

## II - AS NOVAS PESQUISAS

Vinte anos depois, as novas pesquisas confirmaram ou desmentiram esses esquemas gerais de evolução?

### 1) A evolução das elites políticas

As elites políticas da terceira República eram portadoras de um projeto meritocrático que parcialmente traíram. Essa recusa à meritocracia integral, por medo daquilo que chamávamos o «mandarinato», diríamos

hoje a «tecnocracia», fornece argumentos polêmicos àqueles que contestam sua legitimidade. Nós a verificamos em torno de 1900 através dos debates suscitados pelo caso Dreyfus, pelo comportamento da cúpula do exército e da magistratura; o reencontramos no entre-guerras com o processo do parlamentarismo; após 1945, com o debate sobre os responsáveis da derrota de 1940, assim como hoje em dia com o tema da crise política<sup>7</sup>. Mas a crítica polêmica é tanto mais pertinente quanto os escândalos visíveis, os fracassos flagrantes e o cinismo dos comportamentos permitem facilmente aos panfletários, aos jornalistas ou aos cidadãos indignados partir em pedaços os dublês de que se rodeia toda elite que pretende encarnar o interesse geral. O jogo de massacre que a liberdade de tom de uma imprensa livre e a instabilidade crônica das maiorias permitem não deve mascarar, no entanto, as conclusões mais finas que as pesquisas recentes sobre os parlamentares revelam.

Na verdade, as elites políticas nacionais, departamentais ou locais realmente conheceram uma abertura social contínua e conforme ao prognóstico de Gambetta sobre o «advento das novas camadas», e às vezes mais rapidamente do que cremos ordinariamente ao pensar nas personalidades mais em voga. Contudo, tal mudança não surtiu os efeitos positivos anunciados pelo chefe do governo da Defesa nacional. Muito variável segundo as regiões e as conjunturas, a ampliação do recrutamento das elites políticas acabou contribuindo mais ao crescimento das tensões e das divergências no interior do campo político e, portanto, à instabilidade e ineficácia do parlamentarismo. O avanço da democratização dos eleitos em Paris é percebida tanto entre conselheiros municipais quanto deputados do Sena e contrasta com a estabilidade dos representantes de outras regiões como Aquitaine ou Normandie<sup>8</sup>. A clivagem entre uma

<sup>7</sup> Michel Offerlé também sublinha esta permanência do debate em torno dos homens políticos in M. Offerlé (dir.), *La profession politique XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles*, Paris, Belin, 1999, p. 7-8.

<sup>8</sup> N. Nagai *Les conseillers municipaux de Paris sous la III<sup>e</sup> République (1871-1914)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2002 ; J.-M. Mayeur et al., *Les parlementaires de la Seine sous la Troisième République*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2001, vol. 1: *Etudes*; vol. 2: (Arlette Schweitz) *Dictionnaire biographique*.

formação secundária da maior parte dos eleitos de origem média e superior e a cultura muito minoritária, “primária”, dos recém-chegados à arena política permanece válida até as vésperas da Quinta República. Do mesmo modo, a preeminência, entre os parlamentares, de uma cultura retórica e jurídica sobre a cultura científica e técnica nunca se apaga realmente, enquanto essas duas formas de cultura se desenvolvem na sociedade e são aquelas de uma parte crescente da população<sup>9</sup>.

No entanto, contrariamente a algumas análises, a crise do regime do entre-guerras não se reduz a um simples divórcio entre país legal e país real dos quais esses indicadores muito globais seriam os indícios. Num nível mais profundo, o mal-estar parlamentar remete à ausência de elo entre as mudanças do pessoal parlamentar e os das equipes dirigentes efetivas recrutadas entre os eleitos mais estáveis (logo, mais antigos), originários das regiões menos afetadas pela mudança social profunda ou cooptados em função de redes de competência de elite específicas<sup>10</sup>. Acrescente-se a isso o contrapeso conservador do Senado, concentrador dessa França imóvel do século XIX que perdura no centro do campo político e que nenhum governo ousou nem reformar nem confrontar. Desejada pelos dirigentes monarquistas dos anos 1870 como freio aos supostos ímpetos do sufrágio universal, essa instituição representava, na metade dos anos 1930, uma ilha de notáveis em meio a uma república aspirando cada vez mais à democracia social em suas regiões mais dinâmicas. Tem-se aí um esquema que lembra o freio que as câmaras altas e a da Prússia em particular colocaram à influência do Reichstag e ao progresso do parlamentarismo na Alemanha (ver os escritos políticos de Max Weber recentemente traduzidos em francês sobre esse ponto. Ela foi um dos mai-

<sup>9</sup> Cf. F. Grèzes-Rueff, *La culture des députés français (1910-1958)*, Toulouse, Presses universitaires du Mirail, 1994 ; B. Marnot, *Les ingénieurs au Parlement sous la III<sup>e</sup> République*, Paris, CNRS éditions, 2000 ; J. D. Ellis, *The Physician-Legislators of France. Medicine and Politics in the Early Third Republic, 1870-1914*, Cambridge, Cambridge U. P., 1990.

<sup>10</sup> Demonstro-o com mais detalhes em “Les parlementaires de la Troisième République, avant-garde ou arrière garde d’une société en mouvement ?”, em J.-M. Mayeur, J.-P. Chaline e A. Corbin (ed.), *Les parlementaires de la troisième République*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2003, p. 45-63.

ores obstáculos à suave transição de uma democratização como a que a Inglaterra empreendia no mesmo período, após a derrota da Câmara dos Lordes frente às Comunas em 1911. A rejeição ao voto das mulheres e a queda dos governos de Frente popular lhe são diretamente imputáveis.

Essas diferenças também estão na origem da exacerbação dos confrontos dos anos 1930-40. Movimento operário e comunista, movimento feminista, associações que mobilizam as classes médias e os camponeses ou as ligas de extrema direita entregando-se à violência de rua, são todos eles expressões dessas forças que não encontram realmente seu lugar ou porta-vozes na arena oficial, nem no sistema de acesso às elites.

A França que estava muito mais avançada que os demais países europeus nas transformações escolares e políticas até o início do século XX encontra-se, após 1918, muito mais como retardatária. A França que se pensava o país da modernidade política é agora descrita tanto pelos intelectuais quanto pelas elites antiparlamentares como o país do arcaísmo, tema que vai correr até os anos 1960 (daí a valorização do adjetivo «novo» ou «jovem» no discurso público). De fato, as elites dos outros países sofreram os contragolpes da guerra com muito mais força. Ideologias mais radicais que o republicanismo clássico questionam as antigas hierarquias culturais: na Alemanha de Weimar, os social-democratas têm um novo papel central; na Itália fascista ou na Rússia soviética, promovem-se massivamente novas elites dotadas de uma cultura primária e oriundas de camadas muito mais populares. Mesmo na Inglaterra, antigo bastião político da aristocracia, um governo dirigido por um trabalhista, filho extraconjugal de uma servente e de camponês, James Ramsay MacDonald, chega ao poder no final dos 1920 e os trabalhistas participam do gabinete de guerra de Churchill em 1940 enquanto que os representantes de uma nova burguesia de negócios ocupa espaço em muito maior número nas Comunas. Esta percepção do descompasso entre a França e seus vizinhos e o colapso das grandes reformas até a Frente Popular sem dúvida explicam as interrogações culturais, sociais e políticas das elites francesas da época e a rejeição progressivo do compromisso histórico anterior descrito em *Les Elites de la République*.

## 2) A burguesia de toga, base das elites

Este compromisso favorecia no seio de campo do poder um segmento específico da burguesia que sugeri chamar, em artigos publicados nos anos 1990, burguesia de toga (*bourgeoisie de robe*)<sup>11</sup>. Composta por profissões jurídicas e funcionários superiores saídos da Faculdade de Direito, esta fração encontra-se amplamente sobrerrepresentada no Parlamento, no centro do governo, nas instâncias de arbitragem, nos escalões dirigentes da função pública e em todos espaços de formação de opinião (comitês eleitorais, redação dos grandes jornais e revistas). Parisiense e provinciana, servia de elo privilegiado com as outras frações da burguesia (através de suas atividades profissionais de intermediação, mas também por suas origens e alianças sociais). Mais do que as outras frações burguesas, ela acumulava a competência, as rendas e o lazer necessários para investir nos espaço público. O patronato e os proprietários fundiários, acostumados a exercer uma autoridade única em seus papéis sociais ordinários, ficavam cada vez mais desconcertados nas assembleias heterogêneas onde a autoridade se ganha antes pelo dom da oratória e a capacidade de fazer acordos do que pela herança familiar<sup>12</sup>. Estas frações detentoras do capital econômico perderam pouco a pouco seus feudos políticos com a ascensão de candidaturas de operários, com a menor dependência dos camponeses e as ambições políticas das novas camadas.

Se a burguesia de toga, em sua maioria, pendia para o lado do regime por interesses evidentes, estava também presente nos partidos de direita e até mesmo na extrema-esquerda, em função de tradições religiosas, de uma antiguidade variável de pertencimento à classe dominante e da hie-

<sup>11</sup> C. Charle, "La bourgeoisie de robe en France au XIXe siècle", *Le Mouvement social*, n. 181, outubro-dezembro 1997, p. 52-72 e "Légitimités en péril. Éléments pour une histoire comparée des élites et de l'État en France et en Europe occidentale, XIXè-XXè siècles", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, março 1997, 116-117, p. 39-52.

<sup>12</sup> Mesmo quando determinados chefes tentam utilizar os jornais para reconquistar um papel político direto, eles fracassam com frequência. Os chefes da imprensa realmente influentes no jogo político preferem cultivar posições moderadas, como Jean Dupuy e seus herdeiros à frente do «maior diário da Terceira República», *Le Petit Parisien* (cf. M. Dupuy, *Le Petit Parisien, "le plus fort tirage des journaux du monde entier"*, Paris, Plon, 1989).

rarquia mutável dos valores morais e sociais. Por um lado, por uma ligação funcional com a cultura jurídica, podia identificar-se ctotalmente com a herança do liberalismo político da Revolução francesa, contra a opressão ou o excesso do Estado. Por outro lado, por seu não menor apreço ao individualismo, à liberdade de iniciativa e ao espírito empreendedor próprios a seu *status* de profissão liberal, ela podia igualmente defender e compartilhar a visão liberal dominante do patronato. Porém, e aqui somos remetidos à história longa do grupo dos juristas ligados ao processo de construção do Estado na França<sup>13</sup>, uma fração desta burguesia de toga também tinha vinculações com a herança regalista e a defesa do interesse geral contra os interesses particulares, com o galicanismo contra o poderio do Papa, com os direitos do Estado contra os da Igreja e, inclusive, com a defesa dos oprimidos, por questões de equidade. Esta fração herdeira dos legisladores era encontrada em especial em determinados *grands corps* que resistiam aos excessos do clientelismo parlamentar e às tentativas de corrupção pelos interesses privados: depois de 1900, o Conselho de Estado ganhou em prestígio e em poder contra os excessos legislativos<sup>14</sup> e desempenhou um papel de conselho em matéria social através do Conselho nacional econômico criado em 1925<sup>15</sup>. Entre essas diversas formas de engajamento, a orientação liberal ou moderada predominava amplamente, inclusive, como o demonstrou o caso Dreyfus, com uma tendência à direita de uma maioria de advogados a serviço da exaltação do exército contra os «intelectuais», defensores dos direitos do homem<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> L. Karpik, *Les Avocats. Entre l'État, le public, le marché XIIIè-XXè siècles*, Paris, Gallimard, 1995.

<sup>14</sup> C. Charle "Les grands corps" dans Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de mémoire III, les France*, tome 2, Paris, Gallimard, 1992, p. 195-235; M.-C. Kessler, *Les grands corps de l'État*, Paris, Presses de la FNSP, 1986.

<sup>15</sup> Ver A. Chatriot, *La démocratie sociale à la française, L'expérience du Conseil national économique*, 2002, p. 346 e ss. Este trabalho dá continuidade às propostas do capítulo 8 sobre a emergência de um espaço de concertação das elites complementar ao parlamentarismo clássico. Ver também Ch. Topalov (dir.), *Laboratoires du nouveau siècle: la nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*, Paris, Editions de l'EHESS, 1999 e J. R. Horne, *A social Laboratory for Modern France the Musée social and the Rise of the Welfare State*, Durham, North Carolina Duke University Press, 2002.

<sup>16</sup> C. Charle, "Le déclin de la République des avocats", dans P. Birnbaum (dir.), *La France de l'affaire Dreyfus*, Paris, Gallimard, 1994, p. 56-86; G. Le Béguec, *La république des avocats*, Paris, A. Colin, 2003.

A diversidade dos valores encarnados por esse grupo e as arbitragens variáveis que seus membros podem efetuar com eles fazem do grupo um meio privilegiado para servir de mandatários às diversas frações da burguesia e das classes médias, ou até mesmo às classes populares enquanto ainda estão suficientemente organizadas. Em termos culturais, esta fração que fornece o grosso da classe política e da alta administração é produzida pelo ensino relativamente conservador das Faculdades de direito, onde a economia política e as áreas do direito público começaram a ser ensinadas somente a partir dos anos 1890 e não puderam formar, portanto, senão uma minoria daqueles que acedem às elites a partir dos anos 1920. Os primeiros grandes personagens do entre-guerras, Poincaré, Briand, Caillaux, Herriot, Blum, Tardieu, Laval, Daladier, Reynaud são todos juristas clássicos ou humanistas sem uma cultura científica ou econômica profunda. E verdade que novos especialistas tentam introduzir uma nova abordagem dos problemas sociais, financeiros ou técnicos da França da época. Tal constatação por engenheiros, economistas ou tecnocratas permanece, no entanto, dentro de certos limites, pois eles próprios dividem-se quanto às soluções<sup>17</sup>.

### 3) Uma república imperial?

A única grande ambição comum a estas gerações políticas e às outras elites de então reside em sua vontade constante de desenvolver o império cultural e científico francês na linha do universalismo das Luzes. Quatro grandes inovações o demonstram: o esforço para atrair os estudantes estrangeiros às faculdades francesas a partir do fim do século XIX e, novamente, após 1918 (cf. a construção da Cité universitaire internationale em Paris), a preocupação de formar professores de francês no exterior apoiando-se na rede mundial da Aliança Francesa, a vontade de finalmente implantar uma rede de institutos culturais no exterior

<sup>17</sup> B. Marnot, *op. cit.*, capítulos 8 e 9, sobre a vontade modernizadora e tecnicista dos engenheiros no Parlamento e seus limites; sobre os economistas, cf. L. Le Van-Lemesle, *Le Juste ou le Riche. L'enseignement de l'économie politique en France 1815-1950*, Paris, Comité pour l'histoire économique et financière de la France, 2004, p. 595 e ss.

e em especial nos novos países saídos dos tratados de paz, o apoio à expansão da rede dos Institutos Pasteur, mais particularmente nos países tropicais e coloniais. Trata-se assim de influenciar as novas elites da Europa central e oriental, da Ásia, África ou da América Latina para fazer frente ao peso crescente do mundo anglófono e seus prolongamentos.

Uma política de exportação cultural em favor das diferentes artes completa essa subdivisão de ensino e pesquisa: disso são testemunhas o envio das grandes instituições culturais francesas ao estrangeiro (turnês da Comédie française, da Ópera, exposições artísticas) e a permanência de uma grande política de exposições internacionais para atrair visitantes do mundo inteiro a Paris e lhes apresentar as mais belas realizações do país: Exposição de artes decorativas de 1925, Exposição colonial de 1931, Exposição de artes e técnicas de 1937<sup>18</sup>. Esta é também a época de elaboração de um cânone musical francês contra a dominação alemã, da invenção de uma «Escola de Paris», formada por artistas vindos de outros lugares, de um neotradicionalismo estético «francês» em reação às vanguardas mais radicais assimiladas pela arte «boche», etc<sup>19</sup>.

Esta política cultural sustentada pelas elites da República desde os anos 1880 faz parte do projeto, mantido e ampliado após a guerra, de uma sociedade imperial que propõe ao mundo um modelo cultural universalista e ao mesmo tempo único<sup>20</sup>. Tal projeto recebe amplo con-

<sup>18</sup> E. Cohen, *Paris dans l'imaginaire national de l'entre-deux-guerres*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1999; Ch.-R. Ageron, "L'Exposition coloniale de 1931, mythe républicain ou mythe impérial?", in P. Nora (dir.), *Les Lieux de mémoire*, T. 1, *La République*, Paris, Gallimard, 1984, p. 562-591 ; P. Ory, *La Belle illusion, culture et politique sous le signe du Front Populaire*, Paris, Plon, 1994.

<sup>19</sup> J. F. Fulcher, *French cultural Politics and Music from the Dreyfus Affair to the First World War*, Oxford, Oxford, U.P. 1999; K. E. Silver, *Vers le retour à l'ordre: l'avant-garde parisienne et la Première Guerre mondiale, 1914-1925*, trad. fse, Paris, Flammarion, 1991; *L'Ecole de Paris, catalogue de l'exposition du Musée d'art moderne de la ville de Paris*, Paris, Paris-Musée, 2000.

<sup>20</sup> Cf. C. Charle, *La crise des sociétés impériales (1900-1940) Allemagne, France Grande-Bretagne essai d'histoire sociale comparée*, Paris, Editions du Seuil, 2001, p. 384 e ss.; C. Charle, "Enseignement supérieur et expansion internationale (1870-1930): des instituts pour un nouvel empire", in J. Heilbron, R. Lenoir, G. Sapiro. (eds), *Pour une histoire des sciences sociales*, Paris, Fayard, 2004, pp. 323-347; L. Pyenson, *Civilizing Mission: Exact Sciences and French Overseas Expansion 1830-1940*, Baltimore, The Johns Hopkins U. P., 1993.

sentimento no seio das diversas elites: basta ver o número de professores da Sorbonne ou no Collège de France que fazem turnês de conferência pelos países de influência francesa<sup>21</sup>.

#### 4) Elites da república e sociedade civil

Tal ambição cultural sem limites remete sem dúvida às ilusões nascidas da vitória sobre a Alemanha. Estas elites da República que estão ainda ligadas, de um lado, às gerações mais jovens da amostra estudada neste livro, podem acreditar ter logrado provar completamente a eficácia do novo modelo meritocrático que encarnam. Elas não dirigiram o primeiro regime a não ruir frente a uma coalizão inimiga, diferentemente dos dois Impérios do século XIX, ou frente a distúrbios sociais e políticos, ao contrário das duas monarquias constitucionais? No entanto, menos de vinte anos mais tarde, a Terceira República também é golpeada pelas mesmas maldições da crise social e política resultando em uma ocaso militar, como se a dinâmica virtuosa inventada ao final do século XIX estivesse completamente esgotada.

As explicações do desmoronamento nacional e, portanto, também do fracasso das elites da República em manter a integração nacional anteriormente conseguida apontam, para a maior parte dos historiadores, fatores massivos sobre os quais as elites não tinham nenhuma influência: surgimento de novos movimentos políticos extremistas de dimensão internacional (comunismo, fascismo), potências das quais a França depende sem dispor de meios efetivos de pressioná-las (Inglaterra, Estados-Unidos), debilidade demográfica que leva os dirigentes à pusilanimidade estratégica e militar e paralisa a população após o luto coletivo da guerra de 1914. Acrescente-se a isso as divisões e fraquezas das vanguardas modernizadoras, minoritárias frente às elites oriundas do antigo sistema acima evocadot<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> C. Charle, *La République des universitaires (1870-1940)*, Paris, Editions du Seuil, 1994, capítulo 8.

<sup>22</sup> Cf. R. Frank, *La hantise du déclin, le rang de la France en Europe, 1920-1960 finances, défense et identité nationale*, Paris, Belin, 1994 ; J.-L. Crémieux-Brilhac, *Les Français de l'an 40, I. La guerre, oui ou non. II Ouvriers et soldats*, Paris, Gallimard, 1990, 2 vol. Também propus uma análise global em *La crise des sociétés impériales, op. cit.*, capítulo 10.

Afora esses fatores incontestáveis, convém recorrer a duas hipóteses interpretativas suplementares que dizem respeito diretamente às próprias elites. Desde antes de 1914 já surgiam dois sinais de declínio e de fragilidade, sobretudo face às outras duas sociedades imperiais, o Reino Unido e a Alemanha, às economias mais poderosas e às populações mais dinâmicas. Em primeiro lugar, a conquista do império colonial não suscitou vocações em massa à expatriação ou a sua valorização fora de uma minoria de funcionários ou empresários, ao passo que as necessidades militares da Grande Guerra vão obrigar os autóctones a contribuir nas trincheiras ou nas fábricas e construções e acentuar, assim, o sentimento de injustiça e de exploração em meio a estas populações dominadas, detonando dessa forma o processo de revolta nacionalista<sup>23</sup>. Entre as diversas frações da burguesia, a valorização do Império é mais um objeto de discursos e de celebração do que um espaço de investimento pessoal ou familiar, salvo para alguns pequenos grupos integrados às elites parisienses ou de certas cidades como Lyon, Marseille, Nantes ou Bordeaux<sup>24</sup>.

Em segundo lugar, as reformas, após a Separação das igrejas e do Estado, têm dificuldades em se realizar por falta de grandes partidos disciplinados em torno de programas coerentes<sup>25</sup>. Dirigentes políticos ou elites em geral se dividem sobre as novas questões do momento mesmo quando fazem parte dos mesmos grupos ideológicos ou campos profissionais. A reforma do ensino, indispensável à retomada do projeto

<sup>23</sup> Cf. J. Thobie, G. Meynier, C. Coquery-Vidrovitch, Ch.-R. Ageron, *Histoire de la France coloniale*, vol. 2, Paris, A. Colin, 1990, p. 90-132.

<sup>24</sup> C. Hodeir, *Stratégies d'Empire le grand patronat colonial face à la décolonisation*, Paris Belin 2003, capítulo 1; N. Bancel, P. Blanchard, F. Vergès, *La République coloniale. Essai sur une utopie*, Paris, Albin Michel, 2003; Alice B. Conklin, *Mission to Civilize. The Republican Idea of Empire in France and West Africa 1895-1930*, Stanford, Stanford U.P., 1997; P.-P. Zalio, *Grandes familles de Marseille au XX<sup>e</sup> siècle, enquête sur l'identité économique d'un territoire portuaire*, Paris, Belin, 1999.

<sup>25</sup> Isso é observado com a Alliance républicaine démocratique (R. Sanson, *L'Alliance républicaine démocratique. Une formation de centre (1901-1920)*, Rennes, PUR, 2003) et avec le parti radical (cf. G. Baal *Le Parti Radical de 1901 à 1914*, thèse d'Etat, Université de Paris-IV, 6 Microfiches, 1991 ; S. Berstein, *Histoire du parti radical*, Paris, Presses de la FNSP, 1980-82, 2 vol.). Estes dois partidos centrais das maiorias republicanas praticam alianças, tanto à esquerda quanto à direita, segundo questões que frequentemente dividem seus próprios responsáveis.

meritocrático, opõe os «clássicos», que se encontram tanto à esquerda quanto à direita e rejeitam uma diminuição das humanidades, e os «modernos», que chegam ao poder somente com Jean Zay em 1936<sup>26</sup>. Os que controlam as carreiras de acesso às elites praticam o mesmo corporativismo maltusiano: os professores das faculdades de direito, onde uma forte minoria de estudantes adere à Action française e apóia as medidas elitistas e xenóforas dos juristas, ou os responsáveis das *grandes écoles*<sup>27</sup> e, em particular, das escola de engenharias, que impedem os efetivos de manter o aumento demográfico e preservam, assim, sua raridade.

Ao não reformar o ensino secundário e limitar os efeitos da reforma universitária, por interesse, obviamente, as elites da República do entre-guerras deixam intactas, ou até reforçam, as *grandes écoles*. Além disso, mantém sob o império da patronagem e da cooptação grandes fatias da administração, em especial as funções de administração local e a magistratura<sup>28</sup>.

Os movimentos tecnocráticos (por exemplo, os coordenados por Ernest Mercier ou Jean Coutrot<sup>29</sup>), oriundos do mundo dos engenheiros e da indústria, também compartilham esta visão elitista que não questiona as formas de seleção existentes, nem as clivagens escolares e culturais de longa duração datando do século XIX. Em 15 de fevereiro de 1928, Ernest Mercier publica “Réflexions sur l’Elite” na *Revue des Deux Mondes* onde

<sup>26</sup> A. Prost, *L’Ecole et la famille dans une société en mutation*, último volume de *Histoire générale de l’enseignement et de l’éducation en France*, Paris, Nouvelle librairie de France, 1981, p. 213-233.

<sup>27</sup> As *grandes écoles* - como a Ecole des Mines, Ecole Polytechnique, Ecole Normale Supérieure, Ecole Nationale d’Administration - situam-se no alto da hierarquia do ensino superior francês, em geral acima das universidades. (N. T.).

<sup>28</sup> C. Charle, “État et magistrats, les origines d’une crise prolongée”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 96-97, março 1993, p. 39-48; G. Thuillier, *L’ENA avant L’ENA*, Paris, *op. cit.*; A. Bancaud, *La haute magistrature judiciaire entre politique et sacerdoce: ou le culte des vertus moyennes*, Paris, LGDJ, 1993 e *Une exception ordinaire: La magistrature en France, 1930-1950*, Paris, Gallimard, 2002; M.-O. Baruch et V. Duclert (dir.), *Serviteurs de l’Etat: une histoire politique de l’administration française, 1875-1945*, Paris, La Découverte, 2000.

<sup>29</sup> Ver R. F. Kuisel, *Ernest Mercier: French Technocrat*. Berkeley: University of California Press, 1967. Filho do prefeito radical de Constantine (Argélia), E. Mercier é um produto da meritocracia dos concursos: ele obtém uma bolsa para Louis-le-Grand, ganha um prêmio de física no Concurso geral e entra na escola Polytechnique em 1899, de onde sai engenheiro naval ante de completar sua formação na Ecole supérieure d’électricité.

desenvolve um projeto tecnocrático de inspiração saint-simoniana<sup>30</sup>. Nele propõe dar o poder aos verdadeiros detentores da cultura moderna necessária à modernização da França, os homens de negócio esclarecidos. Em seguida, E. Mercier reúne dentro do *Redressement français* proprietários administradores e engenheiros dos setores modernos, mas poucos membros das dinastias burguesas. Seu movimento, que rejeita o jogo parlamentar clássico, julgado ultrapassado, com menos de 20 000 aderentes em seu auge, não chega a favorecer suficientemente setores da sociedade civil a ponto de pesar nos eventos.

### 5) Após 1945: o retorno da crise das elites?

Todos os que refletiram acerca do desastre de 1940 procuraram tirar lições a uma necessária renovação das elites. A Libertação efetivamente engendrou reformas a fim de renovar em profundidade os mecanismos de acesso às posições dirigentes. A *Ecole libre des sciences politiques*, viveiro dos altos funcionários, foi nacionalizada, a ENA (*École Nationale d'Administration*) foi criada para ampliar seu recrutamento nas províncias e enfraquecer os *grands corps*. Estabeleceu-se uma política de democratização do ensino secundário e superior. O Estado encarregou-se das grandes empresas dos setores-chave (nacionalizações) a fim de modernizar a economia. O mundo político abriu-se a novas categorias (mulheres, operários, pequena burguesia) graças à representação proporcional e ao reforço dos partidos disciplinados como a SFIO (Seção Francesa da Internacional Operária), o MRP (Mouvement Républicain Ouvrier) e o PCF (Partido Comunista Francês) que podem servir de alavancas sociais complementares. Entretanto, a Quarta República desmoronou ainda mais rapidamente que a Terceira, e a Quinta sem dúvida prolongou esse projeto econômico modernizador dos «trinta gloriosos»<sup>31</sup>, mas não coincidiu em

<sup>30</sup> Revista citada, p. 882-895; cf. também O. Dard, "Du privé au public. Des technocrates en quête d'un Etat rationnel et à la conquête de l'Etat républicain dans la France des années trente", in M.-O. Baruch e V. Duclert (dir.), *op. cit.*, p. 485-495.

<sup>31</sup> Expressão que designa o período histórico de alto crescimento econômico vivido por diversos países europeus entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a primeira crise do petróleo, em 1973. (N. T.).

nada, muito pelo contrário, com uma abertura social e cultural das elites, sejam elas econômicas, administrativas ou políticas. A ENA tornou-se, inclusive, o bode expiatório da crítica da «tecnocracia», embora tivesse sido concebida como instrumento de democratização daquela. De fato, ela não somente forneceu os mais altos funcionários, conforme a sua missão, mas estes também tripularam os gabinetes ministeriais, ocuparam um lugar desproporcional nos governos, estados-maiores dos partidos dominantes e, ainda, na direção das maiores empresas públicas e privadas<sup>32</sup>. Isto não impediu que as outras *grandes écoles* dominassem a direção de determinados grandes setores da economia e da mídia em detrimento dos universitários diplomados «ordinários» ou dos assalariados promovidos internamente, fenômeno que não é encontrado nesse grau em nenhum outro lugar, à exceção, talvez, da Grã-Bretanha<sup>33</sup>.

Enquanto a prosperidade, o pleno emprego, o aumento do consumo e a «grandeza» da França na Europa estiveram presentes até o início dos anos 1970, a crítica às elites foi discreta, afora a denúncia ritual de intelectuais ou alguns partidos de esquerda à influência excessiva da «tecnocracia» ou do «grande capital» sobre o poder *gaulliste*. Por outro lado, depois que a França começou a acumular os baixos resultados econômicos e sociais a partir do fim dos anos 1970, um discurso muito mais crítico desenvolveu-se em torno do «elitismo à francesa», favorecendo uma nova «nobreza de Estado» (P. Bourdieu), uma nova “classe dirigen-

<sup>32</sup> Cf. J.-M. Eymeri, “La machine élitare. Un regard européen sur le «modèle» français de fabrication des hauts fonctionnaires” in H. Joly (dir.), *Formation des élites en France et en Allemagne*, Paris, CIRAC, 2005, pp.100-128, que resume de modo original o conjunto da controvérsia e dos dados em perspectiva comparada.

<sup>33</sup> Cf. H. Joly, *Patrons d’Allemagne, sociologie d’une élite industrielle 1933-1989*, Paris, Presses de Sciences Po, 1996; F.-C. Mougel, *Elites et système de pouvoir en Grande-Bretagne (1945-1987)*, Bordeaux, Presses universitaires de Bordeaux, 1990; M. Bauer et B. Bertin-Mouroit, *Les 200. Comment devient-on un grand patron?*, Paris, Éditions du Seuil, 1987; A. Garrigou, *Les élites contre la République. Sciences Po et l’ENA*, Paris, La Découverte, 2001, p.186-87: o percentual dos *énarques* que passaram pelo setor privado subiu de 15-20%, antes de 1980, até aproximar-se de 50% nas promoções recentes.

te” (P. Birnbaum), ou mesmo “elites contra a República” (A. Garrigou)<sup>34</sup>, novos privilegiados de um sistema econômico, escolar e político dos mais socialmente seletivos do mundo e que deixa, cada vez mais, pessoas desamparadas, apesar do Estado-Providência e do aumento dos «impostos obrigatórios».

Comparado com a crítica às elites do entre-guerras, o novo anti-elitismo contemporâneo apresenta certas analogias inegáveis. De todo modo, ele traduz uma dupla crítica. Duvidamos cada vez mais da validade de seus critérios de seleção distantes do mundo social atual e muito peculiares da cultura francesa (seleção com base em disciplinas de matemática, aptidões retóricas, performance precoce e no diploma de acesso ao ensino superior- *baccalauréat*). Nos indignamos sobretudo com as injustiças ou disfunções duráveis que os dirigentes não apenas deixam de corrigir, mas, na medida em que tiram proveito delas, acabam por contribuir a sua perpetuação ou mesmo a agravá-las, graças a toda uma série de redes de cooptação e de influência facilitada pelo elitismo inicial de pequenos círculos de interconhecimento. Diversos escândalos financeiros (Crédit Lyonnais, caso Elf-Aquitaine, etc.), escolhas políticas de peso (privatizações em torno dos «núcleos duros») ou disfunções administrativas têm mostrado, a todos, seu alcance e seus efeitos, ignorados em tempos normais.

## CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

O historiador das elites não tem vocação à profecia. Ele pode tirar pelo menos três conclusões do confronto entre as crises das elites francesas do século XX e da incapacidade de se modificar em profundidade as regras do jogo, apesar do ideal oficialmente estampado como meritocracia. A primeira é que, na França, a mudança no topo sempre se deve mais a transformações externas do que a uma capacidade dos dirigentes de an-

<sup>34</sup> P. Bourdieu, *La noblesse d'Etat, grandes écoles et esprit de corps*, Paris, Minit, 1989; P. Birnbaum et al., *La classe dirigeante française*, Paris, PUF, 1978 ; J.-L. Bodiguel, *Les anciens élèves de l'ENA*, Paris, Presses de la FNSP, 1978 ; A. Garrigou, *Les élites contre la République*, op. cit.

tecipar as reformas. A segunda é que uma reforma parcial (como a criação da ENA ou as nacionalizações, ou ainda a democratização do ensino secundário e superior), por si só, não é suficiente para modificar regras que envolvem processos sociais, culturais, políticos, espaciais, etc. de longa duração e que atravessam todo corpo social. Como em qualquer situação, o simplismo da denúncia apenas ajuda a manter os mecanismos de dominação. O terceiro fenômeno que encontramos é o descompasso crescente entre os níveis de poder. Cada vez que um modelo de recrutamento é alterado para dar acesso a tal ou qual grupo de elite, constatamos a criação de um contrafogo que esvazia em parte sua eficácia: por que razão recrutar parlamentares das camadas modestas, como ocorreu no entre-guerras, se o círculo de decisão passa pela alta função pública técnica ou por um grupo de ministros intocáveis apesar das mudanças de governo? Por que razão democratizar a alta administração, se o verdadeiro centro do poder desloca-se para os gabinetes ministeriais cooptados em função de novas redes clientelistas ou de afinidades partidárias? Ou ainda, com a construção da Europa e a mundialização, por que interrogar-se sobre as competências dos «presidenciáveis» (políticas ou econômicas), se as arbitragens situam-se cada vez mais em círculos internacionais ainda mais elitistas e escapando a qualquer controle democrático: organismos internacionais, estados-maiores das multinacionais, arbitragens dos mercados internacionais em função de reflexos automáticos e imediatos de investidores preocupados sobretudo com o desempenho rápido das ações e não com o valor ou a utilidade real das empresas.

Seria paradoxal, no entanto, que o historiador, ao comparar seu objeto num duplo recuo histórico de duzentos e de vinte anos, tenha ao final a impressão de um eterno retorno de uma história estrutural e conjuntural longa do campo do poder sob a República. Em vez de proteger-se atrás de fórmulas convenientes tomadas de empréstimo de noções já gastas do pensamento político francês («mal francês», «guerras franco-francesas», «exceção francesa», «modelo francês», etc.), deve-se extrair desse duplo recuo uma convicção e um projeto.

Assim como os contemporâneos da *Belle époque* desconheciam amplamente as elites que louvavam ou denegriam, dramatizavam problemas aparentes e subestimavam fraquezas aparentes desaparecidas e que hoje

reavaliemos com propriedade, pode-se apostar que historiadores, sociólogos ou politicólogos do presente cometem erros de apreciação similares, dada a falta de fontes adequadas e de perspectivas de médio alcance. Realmente, as pesquisas atuais não têm acesso, salvo quando há escândalos estrondosos, aos aspectos privados da sociologia das elites contemporâneas. Esta caracterização a partir de traços públicos exteriores contribui a dar esta imagem de permanência produzida pelas categorias das fontes oficiais. Procurei, ao contrário, demonstrar em meu livro a importância do conhecimento das estratégias privadas à compreensão da dinâmica pública das elites. Esta constatação, longe de desesperançosa, é uma incitação a continuar a pesquisa e tomar distâncias contra a cegueira e as paixões que um objeto como este, jamais realmente frio, suscita no foro íntimo e, por vezes, exterior, do intelectual cuja identidade histórica nasceu justamente da confrontação com as «elites da República» cem anos antes. Aplicar o método histórico ao contemporâneo, praticar o descentramento comparativo, tais são, vinte anos depois, os dois ensinamentos de longa duração que se pode tirar da investigação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGERON, C.-R. L'Exposition coloniale de 1931, mythe républicain ou mythe impérial? In: NORA, P. (dir.). *Les Lieux de mémoire*, T. 1, *La République*. Paris: Gallimard, 1984.
- BAAL, G. *Le Parti Radical de 1901 à 1914*, thèse d'Etat, Université de Paris-IV, 6 Microfiches, 1991.
- BANCAUD, A. *La haute magistrature judiciaire entre politique et sacerdoce: ou le culte des vertus moyennes*. Paris: LGDJ, 1993.
- BANCAUD, A. *Une exception ordinaire: La magistrature en France, 1930-1950*. Paris: Gallimard, 2002.
- BANCEL, N.; BLANCHARD, P. VERGES, F. *La République coloniale. Essai sur une utopie*. Paris: Albin Michel, 2003.
- BARUCH, M.-O. & DUCLERT, V. (dir.). *Serviteurs de l'Etat: une histoire politique de l'administration française, 1875-1945*. Paris: La Découverte, 2000.

- BAUER, M. & BERTIN-MOUROT, B. *Les 200. Comment devient-on un grand patron?* Paris: Seuil, 1987.
- BERSTEIN, S. *Histoire du parti radical*. Paris: Presses de la FNSP, 1980-82, 2 vol.
- BIRNBAUM, P. et al. *La classe dirigeante française*. Paris: PUF, 1978.
- BIRNBAUM, P. *Les sommets de l'État, essai sur l'élite du pouvoir en France*. Paris: Seuil, 1977.
- BODIGUEL, J.-L. *Les anciens élèves de l'ENA*, Paris, Presses de la FNSP, 1978.
- BOURDIEU, P. *La noblesse d'Etat, grandes écoles et esprit de corps*, Paris, Minit, 1989.
- CHARLE, C. Enseignement supérieur et expansion internationale (1870-1930): des instituts pour un nouvel empire. In: HEILBRON, J.; LENOIR, R.; SAPIRO, G. (eds.). *Pour une histoire des sciences sociales*. Paris: Fayard, 2004, p. 323-347.
- CHARLE, C. État et magistrats, les origines d'une crise prolongée". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 96-97, março 1993, p. 39-48.
- \_\_\_\_\_. "La bourgeoisie de robe en France au XIXe siècle". *MS*, n° 181, outubro-dezembro 1997, p. 52-72.
- \_\_\_\_\_. *La crise des sociétés impériales (1900-1940) Allemagne, France Grande-Bretagne essai d'histoire sociale comparée*. Paris: Seuil, 2001.
- \_\_\_\_\_. *La République des universitaires (1870-1940)*. Paris: Seuil, 1994.
- \_\_\_\_\_. Le déclin de la République des avocats. In: BIRNBAUM, P. (dir.). *La France de l'affaire Dreyfus*. Paris: Gallimard, 1994.
- \_\_\_\_\_. Légitimités en péril. Éléments pour une histoire des comparée des élites et de l'État en France et en Europe occidentale, XIXe-XXe siècles". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, março 1997, 116-117, p. 39-52.
- \_\_\_\_\_. Les grands corps. In: Pierre Nora (dir.). *Les Lieux de mémoire III, les France*, tomo 2, Paris, Gallimard, 1992, p. 195-235.
- \_\_\_\_\_. Les parlementaires de la Troisième République, avant-garde ou arrière garde d'une société en mouvement? In: MAYEUR, J.-P.; CHALINE, J.-M.; CORBIN, A. (org.). *Les parlementaires de la troisième République*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003.
- CHATRIOT, A. *La démocratie sociale à la française, L'expérience du Conseil national économique*. Paris: La Découverte, 2002.

- COHEN, E. *Paris dans l'imaginaire national de l'entre-deux-guerres*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999.
- CONKLIN, A. B. *Mission to Civilize. The Republican Idea of Empire in France and West Africa 1895-1930*. Stanford: Stanford U. P., 1997.
- CREMIEUX-BRILHAC, J.-L. *Les Français de l'an 40, I. La guerre, oui ou non. II Ouvriers et soldats*. Paris: Gallimard, 1990, 2 vol.
- DARD, O. Du privé au public. Des technocrates en quête d'un Etat rationnel et à la conquête de l'Etat républicain dans la France des années trente.
- BARUCH, M.-O. & DUCLERT, V. (dir.). *Serviteurs de l'Etat: une histoire politique de l'administration française, 1875-1945*. Paris: La Découverte, 2000.
- DUPUY, M. *Le Petit Parisien, "le plus fort tirage des journaux du monde entier"*. Paris: Plon, 1989.
- ELLIS, J. D. *The Physician-Legislators of France. Medicine and Politics in the Early Third Republic, 1870-1914*. Cambridge: Cambridge U. P., 1990.
- ELWITT, S. *The Making of the Third Republic*. Baton Rouge: Louisiana State U.P., 1975.
- EYMERI, J.-M. La machine élitaires. Un regard européen sur le «modèle» français de fabrication des hauts fonctionnaires. In: JOLY, H. (dir.). *Formation des élites en France et en Allemagne*. Paris: CIRAC, 2005.
- FRANK, C. *La hantise du déclin, le rang de la France en Europe, 1920-1960: finances, défense et identité nationale*. Paris: Belin, 1994.
- FULCHER, J. F. *French cultural Politics and Music from the Dreyfus Affair to the First World War*. Oxford: Oxford, U.P. 1999.
- GRÈZES-RUEFF, F. *La culture des députés français (1910-1958)*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1994.
- HODEIR, C. *Stratégies d'Empire: le grand patronat colonial face à la décolonisation*. Paris: Belin, 2003.
- HORNE, J. R. *A social Laboratory for Modern France: the Musée social and the Rise of the Welfare State*. Durham: North Carolina Duke University Press, 2002.
- JOLY, H. *Patrons d'Allemagne, sociologie d'une élite industrielle 1933-1989*. Paris: Presses de Sciences Po, 1996.
- KARPIK, L. *Les Avocats. Entre l'État, le public, le marché XIIIè-XXè siècles*. Paris: Gallimard, 1995.

- KESSLER, M.-C. *Les grands corps de l'État*. Paris: Presses de la FNSP, 1986.
- KUISEL, R. F. *Ernest Mercier: French Technocrat*. Berkeley: University of California Press, 1967.
- L'ECOLE DE PARIS. Catalogue de l'exposition du Musée d'art moderne de la ville de Paris. Paris: Paris-Musée, 2000.
- LE BEGUEC, G. *La république des avocats*. Paris: Albin Colin, 2003.
- LE VAN-LEMESLE, L. *Le Juste ou le Riche. L'enseignement de l'économie politique en France 1815-1950*. Paris: Comité pour l'histoire économique et financière de la France, 2004.
- LÉVY-LEBOYER, M. Le patronat français 1912-1973. In: \_\_\_\_\_ (éd.). *Le patronat de la seconde industrialisation*. Paris: Editions Ouvrières, 1979.
- MARNOT, B. *Les ingénieurs au Parlement sous la III<sup>e</sup> République*. Paris: CNRS éditions, 2000.
- MAYEUR, J.-M. et al. *Les parlementaires de la Seine sous la Troisième République*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2001, vol. 1: *Etudes*; vol. 2: (Arlette Schweitz) *Dictionnaire biographique*.
- MOUGEL, F.-C. *Elites et système de pouvoir en Grande-Bretagne (1945-1987)*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1990.
- NAGAI, N. *Les conseillers municipaux de Paris sous la III<sup>e</sup> République (1871-1914)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002.
- OFFERLÉ, M. (dir.). *La profession politique XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles*. Paris: Belin, 1999.
- ORY, P. *La Belle illusion, culture et politique sous le signe du Front Populaire*. Paris: Plon, 1994.
- PROST, A. *L'Ecole et la famille dans une société en mutation*, último volume de *Histoire générale de l'enseignement et de l'éducation en France*. Paris: Nouvelle Librairie de France, 1981.
- PYENSON, L. *Civilizing Mission: Exact Sciences and French Overseas Expansion 1830-1940*. Baltimore: The Johns Hopkins U. P., 1993.
- SANSON, R. *L'Alliance républicaine démocratique. Une formation de centre (1901-1920)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003.
- SILVER, K. E. *Vers le retour à l'ordre: l'avant-garde parisienne et la Première Guerre mondiale, 1914-1925*. Paris: Flammarion, 1991.

Christophe Charle

THOBIE, J. Et al. *Histoire de la France coloniale*, vol. 2. Paris: Albin Colin, 1990.

TOPALOV, C. (dir.). *Laboratoires du nouveau siècle: la nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*. Paris: Editions de l'EHESS, 1999.

ZALIO, P.-P. *Grandes familles de Marseille au XX<sup>e</sup> siècle, enquête sur l'identité économique d'un territoire portuaire*. Paris: Belin, 1999.

Tradução: Ernesto Seidl

Revisão técnica: Christophe Charle